

RESENHA

FILOSOFIA E PRINCÍPIOS DA ARQUIVÍSTICA AUDIOVISUAL

AUDIOVISUAL ARCHIVING: PHILOSOPHY AND PRINCIPLES

EDMONDSON, Ray. *Filosofia e princípios da arquivística audiovisual*. Tradução de Carlos Roberto de Souza. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Preservação Audiovisual; Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2013. 224 p.

ANTONIO LAURINDO DOS SANTOS NETO | Supervisor da área de imagens em movimento do Arquivo Nacional.

Finalmente chega ao Brasil a tradução da segunda edição da influente obra *Audiovisual archiving: philosophy and principles*, de Ray Edmondson. Lançada pela primeira vez em 1998, foi reeditada em 2004, por ocasião das comemorações pelo 25 anos da *Recomendação para a salvaguarda e preservação das imagens em movimento* (1980) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A tradução para a língua portuguesa, a partir de uma iniciativa da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual e da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, e com o apoio da Unesco, ficou a cargo de Carlos Roberto de Souza, experiente e competente profissional da área audiovisual que atuou durante muitos anos na Cinemateca Brasileira.

O lançamento da edição nacional, intitulada *Filosofia e princípios da arquivística audiovisual*, ocorreu durante a Mostra de Cinema de Ouro Preto (Minas Gerais), em 2013, onde também acontece anualmente, desde 2006, o Encontro Nacional de Arquivos e Acervos Audiovisuais Brasileiros. Os encontros têm proporcionado o contato e a troca de experiências entre profissionais da área audiovisual – arquivistas, cineastas, estudantes, historiadores, representantes de instituições públicas e herdeiros de acervos. Um dos grandes temas discutidos foi a formação e capacitação profissional a partir de uma base teórica. A versão em inglês e uma edição de Portugal do livro de Edmondson já circulavam entre os participantes dos encontros de Ouro Preto, e os debates muitas vezes se basearam nas ideias do autor.

No Brasil, a produção de conhecimento e bibliográfica sobre esse tema está relacionada com as atividades desenvolvidas por instituições públicas. A Cinemateca Brasileira foi responsável pela edição de dois manuais tidos como referência: *Manual de catalogação de filmes* (2002) e *Manual de manuseio de películas cinematográficas* (2006). Em 2003, o Arquivo Nacional dedicou uma edição de sua revista *Acervo* ao tema das imagens em movimento, e desde 2004, promove o Festival Internacional de Cinema de Arquivo, que a cada ano lança um novo número da revista *REcine*. No âmbito internacional, o *Journal of Film Preservation* – publicação periódica da International Federation of Film Archives (FIAPF) – oferece um espaço de discussão privilegiado sobre os aspectos teóricos e técnicos dos arquivos de filmes.

A edição brasileira do livro *Filosofia e princípios da arquivística audiovisual* vem ao encontro da necessidade de se produzir em língua portuguesa mais referências voltadas ao tema. A obra de Edmondson preenche, de alguma maneira, a lacuna existente na área, principalmente em relação aos arquivos audiovisuais. Considerado uma das maiores autoridades da área, o autor tem larga experiência no National Film and Sound Archive da Austrália (NFSA) e participação ativa nos principais organismos internacionais.

Assim como a segunda versão da obra original, a edição brasileira está organizada em seis partes: Fundamentos, Definições e terminologia, Arquivos audiovisuais, Preservação: características e conceitos, Princípios de gestão e Ética. Contém, ainda, cinco anexos: Glossário e índice, Quadro comparativo: arquivos audiovisuais, arquivos generalistas, bibliotecas e museus, Relatório de reconstituição, Bibliografia relacionada e Mudança e obsolescência de alguns formatos.

Ao longo de todo o livro são apresentadas referências do autor e suas experiências. Quase sempre, a cada capítulo, Edmondson recorre às recomendações da Unesco para a preservação audiovisual e também às federações internacionais e organizações profissionais da área. São citadas, por exemplo, a International Federation of Film Archives (FIAPF), a International Association of Sound Archives (IASA), a International Federation of Television Archives (FIAT/IFTA) e a Association of Moving Image Archivists (AMIA). Os documentos que deram origem à publicação foram apreciados em reuniões e oficinas dessas organizações, demonstrando que o conteúdo da obra está de acordo com as práticas e teorias reconhecidas e discutidas no âmbito internacional.

O autor acredita que a partir da filosofia pode colocar a problemática audiovisual em um patamar mais elevado, com indagações sobre o porquê e sobre quais seriam os princípios fundamentais dos arquivos audiovisuais. Busca a teorização para explorar e entender o domínio profissional desses arquivos e, com esse intuito, chama a atenção para os fundamentos filosóficos da profissão (p. 32). As questões e problemas recentes diriam respeito, segundo Edmondson, à digitalização, obsolescência, valor de artefato (abordagens e manuseios específicos), países em desenvolvimento (a realidade europeia e norte-americana é bem diferente da de outros países), regionalização e proliferação (refere-se às federações regionais, que seguem os exemplos das federações maiores, como a FIAPF), comercialização e acesso (o acesso é a “razão de ser do arquivo”), estatutos (os arquivos audiovisuais carecem de uma base legal que os sustente), desafios éticos, internet (“questões relativas à seleção,

incorporação e preservação, bem como questões de ordem conceitual e ética”) e propriedade intelectual (direito autoral e pirataria de imagens e sons). Todos esses assuntos, que estão bem próximos do conceito ampliado da arquivística, foram descritos e discutidos ao longo do texto.

Partindo do princípio de que arquivística audiovisual é um campo do conhecimento singular, o autor a defende “como uma profissão com seus direitos específicos”. Essa afirmação mereceria uma nota explicativa acerca da realidade brasileira, em que a profissão de arquivista é regulamentada desde a década de 1970 (Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, e dá outras providências). No Brasil, o debate a respeito dessa “nova” profissão tem sido constante nas reuniões da Associação Brasileira de Preservação Audiovisual. Ray Edmondson encoraja esses profissionais a continuar na luta, mesmo com a pressão política e discordância de outros colegas. No país, percebe-se que os cursos de graduação em arquivologia pouco exploram conteúdos sobre arquivos audiovisuais. Logo, poderiam incorporar a seus currículos, entre outras temáticas, algumas das que o autor considera relevantes para a formação do arquivista audiovisual, como história do audiovisual, tecnologias de registro utilizadas pelos diferentes suportes audiovisuais, estratégias e políticas de gestão de acervos, técnicas fundamentais de conservação e acesso, história dos arquivos audiovisuais, física e química básicas dos suportes e um panorama da história contemporânea.

Edmondson defende a arquivística audiovisual a partir do reconhecimento de uma terminologia e de conceitos próprios. A tradução brasileira poderia ter levado em conta a terminologia e os conceitos arquivísticos difundidos nacionalmente, lembrando que estes são oriundos de um debate no âmbito internacional, no qual não existe separação entre arquivística e arquivística audiovisual. A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), por exemplo, abarca todos os documentos arquivísticos, independentemente do gênero e do suporte.

No tocante ao conhecimento histórico, o livro cumpre bem o seu papel, apresentando exemplos de iniciativas de preservação dos primeiros registros. Destaca o pioneirismo da Europa e América do Norte e mostra que, após a Segunda Guerra, os arquivos audiovisuais começaram a se difundir em outras regiões, enfatizando que o advento da televisão também contribuiu para essa expansão. Edmondson acredita que ainda hoje o patrimônio audiovisual continua em melhores condições na América do Norte e na Europa, e que o desenvolvimento desigual da preservação tem sido motivado por circunstâncias políticas, históricas e econômicas.

A diferenciação existente entre bibliotecas, arquivos, museus e arquivos audiovisuais, que também aparece na forma de um quadro comparativo (Anexo 2), mereceu uma breve discussão. Segundo o autor, os arquivos audiovisuais possuem traços desses três tipos de instituição. Conceitos arquivísticos como registro, ordem original e respeito aos fundos podem ser restritivos para os arquivos audiovisuais e nem sempre pertinentes às suas necessidades.

A questão da obsolescência tecnológica é amplamente discutida, tanto para a preservação dos conteúdos, quanto para a percepção dos registros audiovisuais. Edmondson esclarece que “a percepção dos documentos audiovisuais exige a intermediação de dispositivos

tecnológicos entre o suporte e o espectador/auditor. Não se pode ouvir um disco ou uma fita observando-os, nem assistir a um filme apalpando-o ou o desenrolando” (p. 138).

Os arquivos audiovisuais estão sempre lutando contra o tempo. A velocidade da deterioração dos suportes e das mudanças tecnológicas não acompanha os poucos recursos financeiros e humanos das instituições. O autor diz que os conteúdos permanecem em virtude da migração, já que os suportes se degradam. Faz um histórico dos filmes em nitrato e da migração para a película de “segurança” – de acetato, que depois se mostrou não tão segura em razão da síndrome do vinagre. A questão do digital também mereceu destaque. Para Edmondson, o impacto da digitalização tem gerado mais perguntas do que respostas. Observa igualmente o digital em uma base mais filosófica, pois acredita que “o maior desafio colocado pela digitalização não é de ordem técnica ou econômica, mas de ordem intelectual, educativa e ética” (p. 155).

Outros temas importantes estão relacionados aos princípios fundamentais para a gestão de arquivos audiovisuais. Questões de ordem política, de constituição dos acervos (seleção, incorporação, exclusão e descarte), preservação, acesso e gestão dos acervos foram brevemente discutidas. De acordo com Edmondson, os arquivos são geridos por políticas nem sempre explícitas e bem definidas, o que pode contribuir para decisões arbitrárias. Para evitá-las, o autor defende que determinações fundamentais de um arquivo, a respeito da constituição, preservação, acesso e gestão do acervo, devem estar apoiadas em uma política explícita.

Os aspectos jurídicos também são considerados no livro. Os arquivos audiovisuais seguem a legislação referente aos direitos de autor. Geralmente, precisam de autorização para exibir as obras que fazem parte do acervo. Quando os titulares não são conhecidos, os arquivos podem optar por conceder o acesso. Caso haja alguma contestação, podem defender-se, afirmando que agiram de forma a atender o interesse público. Como é uma área complexa, a sugestão é que se mantenha uma assessoria jurídica nos arquivos audiovisuais.

A ética foi um dos últimos temas tratados pelo autor. Existem códigos de ética em nível internacional, nacional e institucional. Os temas mais comuns, segundo Edmondson, são a proteção da integridade e preservação do contexto dos documentos; proibição nas operações de acesso, constituição de acervo e outras; direito ao acesso; conflitos de interesse e proveito pessoal; respeito à lei e tomada de decisões a partir de normas; integridade, honestidade, responsabilidade e transparência; confiabilidade; ideais de excelência e desenvolvimento profissional; conduta pessoal, senso de responsabilidade e relações profissionais. O autor nos convida a aprofundar as questões consultando os códigos de ética das seguintes instituições: International Council of Museums (ICOM), International Council on Archives (ICA) e International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). Sobre a elaboração de um código de ética, Edmondson recomenda que sua formalização seja transparente e que ele deve ser respeitado por todos na hierarquia dos arquivos. Isso pode ser feito por meio de conscientização, treinamentos e discussões. Os códigos não podem ser apenas uma formalidade, nem funcionar de acordo com a conveniência.

No Brasil, a maior parte das instituições que possuem arquivos audiovisuais é pública. Seus servidores deveriam, portanto, atentar para os princípios da administração pública: le-

galidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A ética é um assunto pouco discutido e traz à tona algumas práticas personalizadas e sem critério, que podem ter consequências para o interesse coletivo. Os produtores audiovisuais, algumas vezes, fazem suas solicitações em caráter de urgência, não respeitando as regras e determinações dos arquivos. Muitas vezes as solicitações colocam em risco a integridade física das películas.

Ray Edmondson, tanto no prefácio da primeira edição quanto no da segunda, mostra-se receptivo a críticas e sugestões dos leitores, pois considera que a discussão apresentada não é definitiva e sempre pode ser enriquecida. Quando o que está em debate é o audiovisual, uma atualização permanente das práticas e teorias é muito bem-vinda, visto que a produção, a preservação e o acesso aos registros estão intimamente relacionados com a rapidez das mudanças tecnológicas. Além disso, percebe-se uma distância considerável entre o que é praticado na América do Norte e Europa, e o que se realiza nos países da América Latina e África. Portanto, é necessário considerar, no âmbito internacional, as carências financeiras e a história de cada região.

Percebe-se que os arquivos audiovisuais ainda estão um pouco à margem das principais questões da arquivística. Talvez isso seja reflexo de toda uma tradição que privilegiou historicamente os documentos escritos. *Filosofia e princípios da arquivística audiovisual* é uma obra que coloca os documentos audiovisuais em destaque, chamando a atenção para seus aspectos específicos.

A edição brasileira poderia ter sido enriquecida com uma apresentação contendo breves informações acerca da realidade dos arquivos audiovisuais no país. Além disso, caberia destacar a influência do texto original na formação de uma nova geração de “arquivistas audiovisuais”. Entretanto, nada disso compromete a importante obra que agora está disponível em língua portuguesa para estudantes e profissionais da área audiovisual.

Recebido em 27/1/2014

Aprovado em 5/3/2014